



EDUCAÇÃO FÍSICA E O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ana Clara Cassimiro Nunes¹
Gertrudes Nunes de Melo²
Giulyanne Maria Silva Souto²³

Palavras – chave: Aulas de Educação Física; Desenvolvimento; Crianças com deficiência intelectual.

INTRODUÇÃO

As discussões em torno da participação das pessoas com deficiência em programas de atividades físicas e esportivas vem sendo cada vez mais estimulada nos dias atuais (RODRIGUES; LIMA, 2014). Não obstante, os mesmos autores afirmam que as necessidades e especificidades para evolução do desenvolvimento integral das pessoas com deficiência, sobretudo da deficiência intelectual, ainda é encarada como um desafio constante no âmbito da Educação Física. No contexto escolar, o histórico de marginalização/exclusão deixara marcas que de forma indireta também inferem no desenvolvimento das capacidades desse público.

Crianças que apresentam atraso motor ou mental, o domínio gradativo de seus movimentos depende em grande parte do ensino que recebe (GORLA, 2001). Assim, a deficiência intelectual, classificada pela *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities* – AIDD como uma série de limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, não consegue superar os atrasos motores sozinhos com o decorrer do tempo, ou os

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Educação Física, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus Sousa. E-mail: ana.cassimiro@academico.ifpb.edu.br.

² Mestre em Educação Física pela Universidade do Rio Grande do Norte – UFRN e docente do curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus Sousa. E-mail: getrudes.melo@ifpb.edu.br.

³ Doutora em Educação Física do programa associado UPE/UFPB e docente do curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus Sousa. E-mail: giulyanne.souto@ifpb.edu.br.



inconvenientes da educação ofertada atualmente (GORLA, 2001). Para estas crianças, um ambiente estimulante e motivador potencializa as oportunidades do indivíduo se desenvolver motoramente e socialmente (CASTRO, 2013), neste caso, as aulas de Educação Física podem assumir um contexto fundamental para esse desenvolvimento.

Deste modo, o presente estudo objetiva analisar a importância das aulas de Educação Física e da escola no desenvolvimento de habilidades motoras e socioafetivas de crianças com deficiência intelectual, uma vez que esse público habitualmente apresenta desordem de coordenação motora decorrente do quadro clínico, além de dificuldades socioafetivas, as quais são intensificadas pela falta de estímulos, descaso do ensino recebido, principalmente no contexto atual e despreparo profissional para a inclusão efetiva dessas crianças, ocasionado em grande parte por uma fragilidade na formação.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa apresenta um delineamento com características de uma revisão bibliográfica, esta consiste em um recorte de uma proposta de monografia a ser submetida ao Comitê e pesquisa do IFPB, que pretende implantar um programa de intervenção motora para crianças com deficiência intelectual da cidade de Sousa, e avaliar os possíveis e prováveis benefícios das aulas de Educação Física ministradas no aspecto motor, essencialmente a coordenação motora, e no aspecto socioafetivo por meio da percepção de pais e professores que estão no convívio diário com essas crianças.

Nesse estudo, por sua vez, constará apenas o levantamento bibliográfico realizado para construção do projeto, o qual enfatizará as vertentes associadas à deficiência intelectual, principalmente o modelo social da deficiência, além do impacto que a escola, e consequentemente as aulas de Educação Física possuem no desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A deficiência é marcada historicamente por mudanças sociais, culturais e econômicas, aprovadas de acordo com as atitudes e períodos em que se



enquadra (TELES, 2004). Mediante essa perspectiva, não se trata de um produto de falhas individuais, mas um fenômeno socialmente criado, o que explica o caráter opressivo em que foi encarado a deficiência pela sociedade (MORRIS, 2001).

Por muito tempo, a deficiência foi vista sob uma perspectiva médica e individual, entretanto, ao ser abarcada por um novo modelo social, defende-se a concepção que as pessoas são vistas como deficientes pela sociedade e não devido aos seus corpos (A DEFICIÊNCIA, 2011). Assim, a incapacidade ou limitação representa uma lesão, enquanto que as barreiras da sociedade são uma deficiência, como a falta de acessibilidade, a ausência de oportunidades no mercado de trabalho, entre outros (MORRIS, 2001).

No que diz respeito à deficiência intelectual, Leijoto e Kassar (2017, p. 111) afirmam que esta passou a ser considerada “como condição possível de ser melhorada com a prestação de suporte”, isso porque mesmo diante das limitações, o organismo pode ser reestruturado como um todo único. Na maioria dos casos, essa limitação é agravada por razões secundárias, ou seja, do ambiente em que o circunda, consequência da falta de estímulos, e descaso pedagógico, resultando uma educação incompleta (VIGOSTKI, 1997).

Dessa maneira, embora a participação das pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino seja fundamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), além de ser um direito garantido pela Constituição de 1988, as barreiras para a aprendizagem e participação de alunos com deficiência são fatores constantes na escola, comunidade e nas políticas públicas nacionais, estaduais e municipais (ALVES; FIORINI, 2018).

A escola, com o advento da inclusão, coordena grande parte da rotina dos alunos com ou sem deficiência nas atividades pedagógicas, como também as vinculadas à saúde, como é o caso da Educação Física (MAUERBERG-DE CASTRO *et al.*, 2013). Nessa disciplina, crianças com deficiência intelectual, especificamente, têm a possibilidade de vivenciar movimentos diversos e orientados pelo professor, contribuindo ao desenvolvimento psicomotor da criança (GORLA, 2004).



Resultados obtidos em estudos com programas de intervenção motora em crianças com deficiência intelectual, afirmam que com a prestação de suporte, as dificuldades podem ser superadas, tendo impactos benéficos percebidos após as intervenções. Pontua-se nessas melhorias o aspecto motor, desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais, bem como aumento da autonomia, confiança e diminuição da agressividade (ANTUNES, 2015).

Para além dos benefícios motores e físicos, como melhor desempenho nas habilidades motoras fundamentais, e na qualidade de vida, a literatura evidencia que as aulas de Educação Física proporcionam um progresso em competências socioafetivas, no qual destaca-se o espírito de cooperação e autoconfiança de crianças com deficiência intelectual, como também sedimentou a busca pela independência, fator tão importante para vivência desses indivíduos (SILVA, 2018).

Nesse sentido, com base no movimento inclusivo, deve-se estimular a participação de todos os alunos na escola, e nas aulas de Educação Física, as quais necessitam ser planejadas a fim de remover as possíveis barreiras de aprendizagem, bem como ir além de uma prática pedagógica baseada em um currículo único para todos os alunos (ALVES; FIORINI, 2018).

Embora a realidade da inclusão seja encarada com sentimentos adversos da comunidade escolar, principalmente do corpo docente devido à ausência de suporte e capacitação, é preciso defender a participação dos alunos com deficiência com vista a uma aprendizagem coletiva, diferente do modelo de educação atual brasileiro (CARNEIRO, 2007), aplicação esta que engloba também a Educação Física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de análise do estudo se delimitou analisar a importância da escola, e das aulas de Educação Física no desenvolvimento de habilidades motoras e socioafetivas de crianças com deficiência intelectual, público que precisa de maior atenção por parte da comunidade acadêmica, de modo a incluí-las efetivamente no convívio social e escolar.

Os estudos encontrados mostram a deficiência intelectual como condição



possível de ser melhorada com a prestação de suporte necessário, mas que muitas vezes é agravada por razões secundárias como o descaso pedagógico, fato que salienta a importância da prática pedagógica inclusiva a fim de remover as barreiras de aprendizagem impostas desde muito tempo a esse público. Semelhantemente, é necessário essa atuação por parte dos profissionais, uma vez que os benefícios são de grande relevância para crianças com deficiência intelectual, desenvolvendo não só aspectos motores, como também competências socioafetivas como independência, autoestima, confiança, espírito de cooperação e diminuição da agressividade.

REFERÊNCIAS (ABNT NBR 6023:2018)

A DEFICIÊNCIA, Relatório Mundial Sobre. Governo do Estado de São Paulo. **Obtido em**, v. 30, 2011.

ALVES, M. L. T.; FIORINI, M. L. S. Como promover a inclusão nas aulas de educação Física? A adaptação como caminho. **Revista da associação brasileira de atividade motora adaptada**, v. 19, n. 1, 2018.

ANTUNES, A. L. S. F. **Estudo comparativo dos benefícios de um programa de Intervenção Psicomotora entre indivíduos com e sem Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais ao nível do Comportamento Adaptativo e da Proficiência Motora**. Tese de Doutorado. Castelo Branco, 2015.

BRASIL, L. D. B. **Lei 9394/96—Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 2021.

CARNEIRO, M. S. C. **Deficiência mental como produção social: uma discussão a partir de histórias de vida de adultos com síndrome de Down**. Tese Doutorado. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

CASTRO, C. de. **Recursos alternativos para a inclusão de crianças com autismo no ensino regular**. Monografia. UFTTPR. Medianeira – PR, 2013.



IX COLÓQUIO
CORPO, CULTURA E SOCIEDADE
Educação Física Escolar em Tempos de Pandemia



GORLA, J. I. *et al.* **Coordenação motora de portadores de deficiência mental: avaliação e intervenção.** Dissertação de Mestrado. UNICAMP, São Paulo, 2001.

GORLA, J. I. *et al.* **Desenvolvimento de equações generalizadas para estimativa da coordenação motora em crianças e adolescentes portadores de deficiência mental.** Tese de Doutorado. UNICAMP. São Paulo, 2004.

LEIJOTO, C. P.; KASSAR, M. de C. M. Reflexões acerca do conceito de deficiência intelectual/mental para delineamento da população escolar brasileira para registro no censo escolar. *Deficiência Mental e Deficiência Intelectual em Debate*. Uberlândia, MG: **Navegando Publicações**, p. 101-122, 2017.

MAUERBERG-DE CASTRO, E. *et al.* Educação física adaptada inclusiva: impacto na aptidão física de pessoas com deficiência intelectual. **Revista Ciência em Extensão**, v. 9, n. 1, p. 35-61, 2013.

MORRIS, J. Deficiência e incapacidade: Construindo uma ética do cuidado que promova os direitos humanos. **Hypatia**, v. 16, n. 4, pág. 1-16, 2001.

RODRIGUES, M. N.; LIMA, S. R. Atividades motoras aquáticas na coordenação corporal de adolescentes com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 2, p. 369-381, 2014.

SILVA, L. F. da. **A influência das sessões de psicomotricidade relacional no desenvolvimento cognitivo, social e motor em alunos com deficiência intelectual.** Projeto de Pesquisa. Pós Graduação Lato *Sensu*, UFRN. Natal, 2018.

TELES, A. **A influência de um programa de actividades motoras orientadas na expressão da coordenação motora numa população com deficiência mental.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto. Porto, 2004.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogcdas.** Tomo V. Fundamentos de defectologia. Madrid: Visor, 1997.